



# Educar para a Prudência: convergências com a heurística do temor

Educate to Prudence: convergences with the heuristics of fear

CLÁUDIA BATTESTIN\*

ARNALDO NOGARO\*\*



**RESUMO** – O artigo nasce da necessidade de demonstrar a importância de educar para a prudência em um contexto global, em que ações desmedidas e inconsequentes colocam em risco a sobrevivência humana na terra e a vida do planeta. Trata-se de uma reflexão de natureza teórico-bibliográfica, amparada em autores como Jonas (1994,1997, 2006), Cortina (2010), Aristóteles (1995), Tomás de Aquino (1934), Bauman (2011) e Lévy (2007), com o intuito de explicitar o significado mais profundo da prudência e de como ela se sustenta enquanto fundamento para a prática de ações coerentes de retidão ética. Embora haja relativo silêncio a seu respeito no cenário presente, ela nunca se ausentou de guiar as ações que visam ao bem e à defesa da vida. Urge tirá-la do silêncio em que se encontra, por meio da prática educativa escolar, e explicitá-la nos discursos e práticas humanas para que protejamos a dignidade humana e a continuidade da vida sobre a terra.

**Palavras-chave** – Prudência. Temor. Educar.

**ABSTRACT** – The article stems from the need to demonstrate the importance of educating for prudence in a global context, in which rambling and inconsequential actions pose a threat to human survival on earth and the life on the planet. This is a reflection of theoretical and bibliographical supported by authors such as Jonas (1994, 1997, 2006), Cortina (2010), Aristóteles (1995), Tomás de Aquino (1934), Bauman (2011) and Lévy (2007), in order to explain the deeper meaning of prudence and how it stands as a foundation for the practice of coherent actions and ethical rectitude. Although there is relative silence about it in the present scenario, it has never absented to guide the actions that aim to the good and the defense of life. It is urgent to take it out from the silence in which is currently found by means of a school education practice and explain it in human discourse and practice, so that we can protect human dignity and the continuity of life on Earth.

**Keywords** – Prudence. Fear. Educate.

---

\* Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Frederico Westphalen – RS/ Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/290460591379584>. E-mail: [battestin@uri.edu.br](mailto:battestin@uri.edu.br).

\*\* Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Frederico Westphalen – RS/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/1903996427651701>. E-mail: [narnaldo@uri.com.br](mailto:narnaldo@uri.com.br).

Submetido em: abril/2016. Aprovado em: setembro/2016.

A heurística do temor é uma das categorias mais centradas e importantes para apontar o risco e o perigo das ações diante do futuro da humanidade, uma vez que é a experiência com o temor ou o medo que nos leva, na maioria das vezes, a agir com responsabilidade. Quanto mais distante do futuro estiver aquilo que deve ser temido, mais a heurística do temor se torna necessária, pois a mesma pode ser compreendida como a primeira obrigação preliminar de uma ética da responsabilidade. É do medo fundado que deriva a atitude ética, avaliada a partir da vontade de evitar o pior. Hans Jonas deixa claro, na citação a seguir, sobre qual medo se refere ao tratar da ética visando ao futuro.

Conter tal progresso deveria ser visto como nada mais do que uma precaução inteligente, acompanhada de uma simples decência em relação aos nossos descendentes. O medo que faz parte da responsabilidade não é aquele que nos aconselha a não agir, mas aquele que nos convida a agir. Trata-se de um medo que tem a ver com o objeto da responsabilidade. Trata-se de assumir a responsabilidade pelo futuro do homem (JONAS, 2006, p.353).

Se analisarmos a própria história da humanidade, a dúvida e o medo sempre fizeram parte de um cenário corriqueiro, porém, Hans Jonas propõe reverter o quadro contemporâneo mudando radicalmente a tradição racionalista. O autor compreende que o medo é primordial para uma ética da responsabilidade, pois é através dele que se constitui a representação do destino do homem no futuro.

Hans Jonas chegou à fundamentação da *heurística do medo* quando estava em perigo durante a II Guerra Mundial. Foi nesse período que o autor pensou acerca da condição de sentir medo, de ter que assumir escolhas. A *heurística do medo* não é um medo paralisante, e nem um medo patológico, é um medo que desperta para o pensar e para o agir. “Quanto ao termo heurística, este evoca a noção de descoberta de poder, sendo traduzido também como a atitude de por boas questões sucataadas pelo receio, pela possibilidade de vulnerabilizar algo ou alguém” (FONSECA, 2009, p. 54).

De certa forma, o medo é algo implícito nas ações dos seres humanos. Somos educados culturalmente a ter medo de errar, a ter medo da morte e do desconhecido. A experiência com a *heurística do medo* nos leva diretamente a ter uma responsabilidade de decisão, fazendo com que o agir passe a ser uma atitude ética, pois o medo assume um dever sobre as consequências assumidas pelas ações feitas pelo agir.

Bernard Séve interpretou a heurística do medo enquanto uma faculdade de conhecimento e enquanto:

um objeto de um dever moral, um sentimento moral e uma hipótese ruim para a política (um constrangimento útil), lá onde a responsabilidade é muito fraca. Faculdade de conhecimento é o que indica heurística. Nós não podemos prever os efeitos a longo prazo de nossa técnica; nem sabemos muito bem isto que tem verdadeiramente necessidade de ser protegido e defendido na situação atual. Estas duas coisas nos serão reveladas pela antecipação do perigo (SÉVE, 1990, p. 76).

A *heurística do medo* é seguramente um meio extraordinariamente útil, pois acorda para a possibilidade de uma catástrofe, alertando para a necessidade de fazer escolhas em relação ao uso de certas tecnologias de impacto. O medo seria uma forma de frear a velocidade do conhecimento científico ilimitado. Trata-se de uma prevenção antecipada frente a possível ameaça, assim o medo assume o papel do dever e do saber.

Vivemos a era do potencial tecnológico, do desmatamento, da destruição, das modificações ideológicas e da crise ambiental. Devemos agir da melhor maneira para que os problemas de nosso tempo não aumentem, colocando em risco a vida dos que ainda virão. Hans Jonas (2006) deixa claro que a tecnologia moderna apresenta grandes ameaças para o futuro, porém a responsabilidade movida pela heurística do medo poderá ser utilizada como método pedagógico para a busca de respostas e perguntas, visando soluções e reflexões para um educar ético e responsável.

As ações e práticas humanas que presenciamos, alertam para a necessidade de o ser humano rever seus posicionamentos e atitudes perante seus semelhantes e o planeta. Guerras, depredação do meio, comprometimento da qualidade das águas, extinção de espécies animais que comprometem a biodiversidade, concentração de capital e alimentos que geram pobreza e fome, consumo descontrolado, dentre outros aspectos indicam que há de se pensar outros rumos para que não desapareçamos como espécie. Estão faltando critérios, virtude, direção ao homem. Como fazê-lo retomar sua trajetória criativa, proativa e a preocupação com o bem comum? Educá-lo para que aja com prudência.

Educar para a prudência implica educar com cuidado, cautela, precaução e sabedoria, tanto que a prudência apresenta a possibilidade de determinar o que é bom ou ruim, podendo ser assumida enquanto critério para a conduta racional das atividades humanas, essas que servem de guia sobre o que se deve evitar ou escolher.

Assim, pensamos o texto em três dimensões básicas: explicitar o sentido mais profundo da prudência, justificar sua importância e necessidade e demonstrar que a educação constitui o meio mais apropriado para que o homem possa pensar e agir com prudência.

### **Prudência: do que estamos falando?**

A prudência é considerada uma virtude, de todas talvez seja a menos lembrada em nossos dias, o que não significa que não precisemos mais dela. A palavra prudência vem do termo grego *phronésis*, que é uma espécie de sabedoria prática, sabedoria do agir, para o agir e no agir. Já no latim *prudencia*, a qual vem de *providere*, que pode significar prever e prover. É uma qualidade que permite detectar os perigos e evitar os erros.

Abbagnano (1970) traz em seu dicionário prudência como sinônimo de sabedoria, definindo-a como a disciplina racional das atividades humanas: isto é, o comportamento racional em todo domínio ou a virtude que determina aquilo que é bom e aquilo que é mau para o homem. Lalande (1999) apresenta um primeiro sentido de prudência como uma das quatro virtudes cardeais<sup>1</sup>. Consiste na força do espírito e no reconhecimento da verdade. É sinônimo de sabedoria prática; um segundo sentido é dado como a qualidade ou caráter que consiste na reflexão e na previdência pelas quais se evitam os perigos da vida.

Na Ética a Nicômaco, Aristóteles trata da prudência fazendo referência ao discernimento como uma disposição necessária ao homem para que ele faça suas escolhas em função do bem comum.

Pensa-se que é característico de uma pessoa de discernimento ser capaz de deliberar bem acerca do que é bom e conveniente para si mesma, não em relação a um aspecto particular, [...] e sim acerca das espécies de coisas que nos levam a viver bem de um modo geral (ARISTÓTELES, 1999, p. 116).

Aristóteles (1995) considera a prudência como uma virtude dianoética, ou seja, que se gera e cresce por via do ensinamento e tem por isso necessidade de experiências e tempo. Daí a importância de pensar o processo educativo sob esta perspectiva. A educação pode oferecer espaço e condição para o desenvolvimento da prudência, enquanto virtude que forma e compõe o caráter do sujeito.

Tomás de Aquino, na Suma teológica, levanta dezesseis pontos para discutir a prudência. Nela discute um a um, argumentando e defendendo o que lhe parece mais razoável e adequado. São eles:

1º Se a prudência tem a sua sede na vontade ou na razão; 2º se na razão se é somente na razão prática, ou também na especulativa; 3º se conhece as causas singulares; 4º se é uma virtude; 5º se é uma virtude especial; 6º se lhes determina o meio termo; 7º se ordenar é o seu ato próprio; 8º se a solicitude ou vigilância pertence à prudência; 9º se a prudência se estende ao governo da multidão; 10º se a prudência tem por objeto o nosso bem próprio; 11º se a prudência só existe

nos súditos ou se também no chefe; 13º se existe nos maus; 14º se existe em todos os bons; 15º se existe em nós por natureza; 16º se se perde por esquecimento (AQUINO, 1934, p. 6-7).

A abordagem elencada por Tomás de Aquino (1934) sinaliza alguns elementos para fazer-nos pensar. A prudência é do campo teórico ou prático? Está sediada na vontade ou na razão? Constitui-se em uma virtude? Diz respeito a todas as pessoas ou somente a algumas agraciadas? Visa ao bem comum ou particular? É um privilégio dos que comandam ou dos subordinados? Resulta de nossa natureza ou pode ser desenvolvida? Cada um desses pontos poderia ser problematizado, mas, de modo geral, afirmamos que, embora seja considerada pelos estudiosos como uma virtude, pode ser aprimorada e enquanto tal deve visar ao bem comum. Constitui um atributo que todos os homens podem possuir, independente de sua condição social, econômica ou de poder. Aliás, quanto maior for a possibilidade de exercício de poder de um homem mais prudência deveria possuir em função da natureza, da extensão de suas decisões e do grau de abrangência implicados nela. Se ela constitui a capacidade e previdência de tomar as decisões mais adequadas, para se evitar erros e afastar os perigos da vida, mais justificado seria que ela estivesse presente em quem toma decisões importantes em relação ao coletivo e ao bem comum.

O mesmo autor (1934, p. 81) ainda identifica partes integrantes da prudência, enumera-as em oito: “1º da memória, 2º do intelecto ou de inteligência, 3º da docilidade, 4º da solência, 5º da razão, 6º da providência, 7º da circunspeção, 8º da cautela”.

Segundo Conte-Sponville (1999), a prudência é a disposição que permite deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para o homem (não em si, mas no mundo tal como é, não em geral, mas em determinada situação) e agir em consequência como convier. É o que poderíamos chamar de bom senso, mas que estaria a serviço de uma boa vontade; ou de inteligência, mas que seria virtuosa. É nisso que a prudência condiciona todas as outras virtudes; nenhuma, sem ela, saberia o que se deve fazer, nem como chegar ao fim (o bem) que ela visa.

A prudência tem algo de modesto ou de instrumental; ela se põe a serviço de fins que não são os seus e só se ocupa com a escolha dos meios. Mas é isso que a torna insubstituível: nenhuma ação, nenhuma virtude – em todo caso, nenhuma virtude em ato – poderia prescindir dela. A prudência não reina (mais vale a justiça, mais vale o amor), mas governa (CONTE-SPONVILLE, 1999, p. 18).

O exposto demonstra o quanto a prudência é importante enquanto orientadora, para que as ações humanas não sejam incoerentes ou representem riscos para a existência humana coletiva e do meio em que se vive. Ao afirmar que ela reina, mas não governa, Conte-Sponville (1999) retrata seu *modus operandi*. Ela está presente nos bastidores, subjacente às tomadas de decisões sem ser lembrada, no entanto se não estivesse os fins poderiam estar distorcidos ou constituir atos que confrontariam a dignidade humana.

## **A urgência de um pensar e de agir com prudência**

A prudência, assim como o temor, apresenta uma potencialidade importante no sentido de mostrar e controlar os impactos que poderão ser causados ao meio ambiente através do uso indiscriminado dos recursos naturais. Tanto que, para o autor Hans Jonas (1997, p. 51), a produção das novas tecnologias surge como resposta aos desejos de consumo e como “comedimento na aquisição do poder”. Todavia, o autor compreende que o uso irracional dos recursos naturais, além de antecipar perigosamente o seu esgotamento, pode colocar em risco a própria essência do homem, já que a violação da natureza e da civilização sempre andou de mãos dadas: “Um na medida em que ele se aventura na natureza e subjuga as suas criaturas; a outra, na medida em que erige no refúgio da cidade e de suas leis um enclave contra aquelas” (JONAS, 2006, p. 32).

No entender de Bauman, diante deste cenário, a incerteza é o habitat da vida humana, embora o motor do homem seja a esperança de poder, em algum momento, escapar da incerteza.

Tantos conceitos e tantas palavras planejadas para transmitir a nós mesmos e aos outros os significados que depreendemos hoje se mostram inadequados para seu propósito. Precisamos desesperadamente de um novo quadro que acomode e organize nossas experiências, permitindo perceber sua lógica e ler sua mensagem, até agora ocultas, ilegíveis ou suscetíveis de leituras errôneas (BAUMAN, 2011, p. 8).

Sob essa perspectiva, fica possível observar o quão emergente é iniciar uma política de renúncia da invenção, tanto que Jonas (1997, p. 52) afirma que deveríamos começar pelos [...] “objetivos que não são necessários. Os irrenunciáveis seguem suficientes, como para seguir ocupando criativamente o engenheiro técnico, tanto no aperfeiçoamento como na correção e eliminação”.

Ao encontro desta ideia, Barchifontaine, compreende que:

[...] com a péssima distribuição de renda entre os brasileiros, o abismo entre os ricos e pobres continua a crescer. O mundo ficou dividido entre incluídos e excluídos. O mercado, incontrolável, onipotente, onipresente, avança deixando muitas vítimas, principalmente nos países pobres. O mercado não tem compromisso com os povos, precisa apenas de consumidores e da subserviência da mídia para alcançar seus objetivos. A liberdade poderá não resistir a tamanha agressão (BARCHIFONTAINE, 2010, p.277).

No Brasil, quais são as políticas que orientam para a renúncia? A esfera familiar e pública tem colaborado para alertar sobre a importância da renúncia da invenção? A Educação tem contribuído na orientação sobre o que realmente é necessário para a sobrevivência humana? A humanidade precisa estar mais atenta diante das necessidades supérfluas, pois são destas que derivam os impactos que atingem toda a esfera planetária.

No entender de Oliveira (2001, p. 277), o impacto das decisões e escolhas humanas em diferentes partes do planeta possui implicação sistêmica. “O universo não é uma máquina, mas um ser complexo, diverso, contraditório e dinâmico. Cada evento é influenciado pelo universo inteiro, está inserido na totalidade do processo e só pode ser entendido a partir daí”.

Sabe-se que os avanços tecnológicos trouxeram inúmeros benefícios aos seres humanos, proporcionando bem-estar, conforto, assistência e prazer através das invenções e das criações. Porém, a partir do momento em que o homem se tornou submisso e dependente deste sistema, passamos a conviver com novos desafios, perigos e incertezas diante dos impactos da Técnica Moderna.

Lévy (2007) qualifica a forma de operar da nova realidade de “novo nomadismo”. Este não é um território geográfico, mas um espaço invisível de conhecimentos, saberes, potências de pensamento em que brotam e se transformam qualidades do ser, maneiras de constituir a sociedade. Interfere no espaço qualitativo, dinâmico da humanidade, em vias do ser, maneiras de construir a sociedade.

Assim, a máquina capitalista desterritorializa e acelera uma quantidade de processos sociais, constrói incansavelmente novos agenciamentos cosmopolitas, mas, paradoxalmente, restringe o alcance da identidade subjetiva que, no Espaço mercantil, gravita em torno da família, do trabalho e do dinheiro (LÉVY, 2007, p. 133).

No meio deste paradoxo, Jonas (2006, p. 85) adverte quanto à utilização e transformação do que é consumido ou adquirido, pois “[...] o progresso e suas obras situam-se antes sob o signo da soberba que da necessidade”. Com a liberdade de escolha, é possível estabelecer o padrão de consumo para viver. Cortina (2010, p. 292) afirma que: “O consumo se converteu na dinâmica central da vida social e, especialmente, o consumo de mercadorias não necessárias para a sobrevivência”. Por esta via, fica

evidente constatar que é o consumo que move a produção e transforma as criações em interesses estratégicos, geralmente apoiados pelos meios de comunicação que propagam informações sobre bens supérfluos e não necessários para a sobrevivência. Ao encontro desta ideia, Jonas afirma que:

O sacrifício do futuro em prol do presente não é logicamente mais refutável do que o sacrifício do presente a favor do futuro. A diferença está apenas em que, em um caso, a série segue adiante e, no outro, não. Mas que ela deva seguir adiante, independentemente da distribuição de felicidade e infelicidade, e até com o predomínio da infelicidade sobre a felicidade, e mesmo com o da imoralidade sobre a moralidade, tal não se pode deduzir da regra da coerência no interior da série, por maior ou menor que seja a sua extensão (JONAS, 2006, p.47)

O ato de consumir parece estar tão naturalizado no cotidiano atual que é normal esquecer que isso não passa de uma invenção criada pela própria sociedade que consome. Neste âmbito, Jonas (2001, p. 108) analisa esse fenômeno concordando que o desejo “[...] consumista não pode seguir crescendo interruptamente como está agora. Devemos nos conformar um pouco com nosso nível de vida. Sem espírito de sacrifício, cabe pouca esperança”.

Não há espírito de sacrifício, pois a superabundância e o excesso que se produzem em termos de consumo não demandam que o ser humano tenha que abdicar de algo, ou privar-se de um desejo, basta ter condições econômicas para comprar, para possuir bens e o universo de possibilidades se alarga ao infinito. Bauman (2011, p. 59) faz alusão ao sofrimento humano que decorre disso e que é de outra natureza. Em outros tempos era pela escassez, hoje é pelo excesso, pela fartura de opções. “Os conceitos de responsabilidade e escolha responsável, que costumavam residir no campo semântico do dever ético e da preocupação moral com o Outro, se moveram ou foram deslocados para a esfera da autossatisfação e do cálculo de riscos”.

Nesta linha de reflexão, Adela Cortina afirma que a teoria da soberania do consumidor parece ter esquecido que:

[...] os consumidores nem sempre têm capacidade aquisitiva para consumir os produtos os quais desejam, também parecem esquecer que alguns não têm a informação suficiente, que frequentemente decidem mais por hábitos do que por cálculo racional, que estão condicionados por crenças sociais, motivações, *marketing*, grupos de referência, meios de comunicação e instituições. De onde se segue que os consumidores não são soberanos, mas sim que estão condicionados (CORTINA, 2010, p. 292).

Este condicionamento brota do fetiche que a mercadoria exerce sobre o desejo humano. A visão se estreita e o olhar contamina-se sem espaço algum para pensar mais profundamente sobre nossas escolhas e se realmente precisamos do que vamos adquirir. De acordo com Bauman (2011), ocupados em ganhar mais para comprar novas coisas de que creem necessitar para ficarem felizes, homens e mulheres têm menos tempo para empatia e para negociações intensas de sentido. A busca pelo prazer individual se sobrepõe, reforçado pelas campanhas publicitárias que embotam a mente humana e silenciam em sua capacidade de decisão em favor de uma busca guiada, direcionada e empenhada em atingir seu objetivo de consumo. “É a satisfação dos desejos e uma convicção firme e perpétua de que cada ato de satisfação ainda deixa muito a desejar e pode ser melhorado que constituem os verdadeiros pêndulos da economia voltada para o consumidor” (BAUMAN, 2011, p. 174).

Na visão de Oliveira (2001, p. 293), este condicionamento resulta de um novo quadro de referência cujo saber está direcionado pela racionalidade instrumental. O horizonte que estrutura e orienta esse saber é o tecnológico. Destituído de essência, de qualidade e de fins, encontra-se aberto à ação do ser humano que lhe impõe os fins por ele estabelecidos. “Isso tem como resultado a absolutização desse tipo de racionalidade, a racionalidade instrumental e a atrofia da racionalidade pela qual o ser humano legitima o sentido de suas ações”.

## Educar para a prudência: possibilidades

É preciso educar para a prudência, orientando através da responsabilidade e do temor, a importância da abdicção dos desejos e do consumo “inconsciente”. Mas como buscar objetivos a longo prazo em uma sociedade que pensa a curto prazo? Geralmente, os consumidores compulsistas adquirem produtos sem analisar a necessidade e os impactos que os mesmos poderão causar ao meio.

A aquisição não resulta de ato refletido sobre o bem a ser comprado, mas orienta-se pela lógica do adquirir para poder descartar, que, no entender de Bauman (2011), tem como pretexto a busca da felicidade. Mais do que a criação de novas necessidades, é preciso a depreciação, derrogação, enfeamento das necessidades de ontem. “Nessa sociedade, aqueles que se movem apenas pelo que acreditam precisar e que são ativados pelo desejo de satisfazer essas necessidades são consumidores falhos e, por isso, também desterrados sociais”(BAUMAN, 2011, p. 153). Engana-se quem pensa que só os objetos são descartados, quem não tem potencial ou capacidade de compra é excluído ou deixado à margem por não enquadrar-se no “padrão” social em vigor. A vida humana vale pelo poder de compra que possui quem a representa.

O consumo tem como aliado a indústria publicitária que contribui e reforça a ideia de que é preciso consumir, gerando falsas identidades e ilusões diante das expectativas criadas. Comparado com a história da humanidade, esse fenômeno de produção *versus* consumo teve uma massificação intensa a partir da metade do século XX, momento em que o consumismo passou a ser associado a um desejo e a um apelo emocional. Hoje, vive-se na fronteira entre o necessário e o supérfluo que produzem novas formas de interação e de diálogo com o outro e com as “coisas”. O mundo passa a ser comparado com o mundo das aparências, uma vez que a sociedade do consumo apresenta vários significados, signos e imagens que correspondem a um vazio ético.

A ética deveria (e deve) estar fundamentada em valores que contribuam para a reflexão e análise diante das escolhas e das ações. Todavia, a partir da modernidade, foi diminuída ou perdida a capacidade de formular conceitos objetivos e unificadores, ou seja, deixou-se lugar para o pluralismo moral e fragmentado.

Ao pensar na educação que ocorre em nível formal, percebe-se que os professores têm diante de si uma importante tarefa a ser feita. A tarefa de educar para a prudência, para a responsabilidade, visando a um tecnológico sustentável e digno de ser habitado. Portanto, Jonas (1997, p. 47) destaca que é preciso a “[...] máxima informação sobre as consequências do nosso agir coletivo”, pois está em cada um de nós a possibilidade de

[...] fazer algo para mudar o rumo de sua ameaça, modificando nisto ou naquilo nossa forma de vida [...] colaborando, por exemplo, na reabilitação da autodisciplina em si. Em última instância, a causa da humanidade se impulsionará de baixo e não de cima. As grandes decisões visíveis, para o bem ou para o mal, serão tomadas (ou deixaram de ser tomadas) em nível político. Mas todos podem preparar invisivelmente o solo para elas começando por nós mesmos. O princípio, como em todo o bom e correto, é aqui e agora (JONAS, 1997, p. 54).

Conforme Jonas (1997) menciona, as grandes mudanças dependem das decisões políticas, são elas que abrangem a coletividade. A “autodisciplina em si” começa individualmente, podendo perpassar desde o âmbito familiar até o educacional. Por ora, é necessário educar a humanidade, orientando para a tomada de decisão diante da curiosidade, da ostentação e do desejo, pois é a partir destas escolhas que se intensifica, cada vez mais, o caminho da ameaça.

Bauman (2011) aponta como alternativa de enfrentamento “empoderar o cidadão” e a escola se reveste de relevada importância para isso. O empoderamento significa ser capaz de fazer escolhas e atuar efetivamente sobre as escolhas feitas. Isso, por sua vez, significa uma capacidade para influenciar a gama de escolhas disponíveis e as configurações sociais nas quais as escolhas são feitas e buscadas.

O empoderamento requer a construção e a reconstrução dos laços inter-humanos, a vontade e a habilidade para engajar com os outros num esforço contínuo para tomar a coabitação humana um cenário muito enriquecedor e amigável para a cooperação inteiramente enriquecedora de homens e mulheres que lutam pela autoestima, para o desenvolvimento de seus potenciais e o uso adequado de suas habilidades (BAUMAN, 2011, p. 194).

Há que se ter presente o que Lévy denomina de construção de uma consciência coletiva, tanto no tocante a uma tomada de consciência quanto no desenvolvimento de projetos e saídas coletivas para os impasses e os problemas enfrentados na sociedade. Na visão do autor, é a melhor alternativa para se obter êxito, pois quanto melhor “os grupos humanos conseguem se constituir em coletivos inteligentes, em sujeitos cognitivos, abertos, capazes de iniciativa, de imaginação e de reação rápida, melhor asseguram seu sucesso no ambiente altamente competitivo que é o nosso” (LÉVY, 2007, p. 19).

Diante desta projeção, é importante prestar atenção nos valores e nas projeções que obtiveram sucesso ou fracasso no passado. Tanto que Jonas (1997, p. 47) analisa que “[...] a misericórdia é, de uma vez por todas, melhor que a dureza do coração, a bravura melhor que a covardia”. A delimitação dos valores que se deseja para “o mundo de amanhã” deve corresponder a uma obrigação que, segundo Jonas, deverá ser “muito mais ampla” e, se possível, que não chegue a situações de emergências “[...], mas, sobretudo, preveja essa ameaça integral na questão de que valores – velhos ou novos – terão uma especial importância positiva para o mundo de amanhã[...]” (JONAS, 1997, p.47).

Quanto mais se cuida do presente, mais garantias se tem de que o futuro será preservado. Eis a verdadeira essência da Educação: cuidar da vida de hoje para a garantia de uma futura “vida humana autêntica”. Nas palavras de Buzzi (1989, p. 252): “O futuro é o presente que se descortina em possibilidades. O presente germina no futuro, move-se para o que vem, para o que ainda não é. O que vem não está fora do presente; é antes, o presente mais dinâmico, mais ativo, mais atual, pois atualiza o que vem, isto é o futuro”.

No entanto, Jonas (2006, p. 94) chama a atenção ao afirmar que aos “[...] descendentes futuros da espécie humana não seja permitido nenhum modo de ser que contrarie a razão que faz com que a existência de uma humanidade, como tal, seja erigida”, ou seja, a humanidade deve seguir existindo e deve ser respeitada. Mas, para que a espécie humana seja respeitada, é necessário avaliar a postura que se tem em relação à própria vida, uma vez que a Educação poderá contribuir para discernir o que é satisfação ou necessidade, mostrando o quanto o mundo é sacrificado em prol de um benefício ou prazer próprio. Desse modo, será na recusa e/ou na renúncia que a Educação poderá orientar para um consumo moderado e responsável.

Na compreensão de Postman (2002, p.32): “A devoção ao Deus do consumo serve facilmente de base metafísica da escolarização, porque é inculcada nos jovens desde cedo, muito antes de irem para a escola; na realidade, tão logo ficam expostos aos poderosos ensinamentos da indústria da publicidade”.

Tanto a prudência quanto a heurística do temor assumem um papel extremamente importante diante das decisões e escolhas humanas. Ambas deveriam andar de mãos dadas, pois têm o poder de orientação.

Diante da massificação tecnológica, do predomínio do instrumental para a necessidade de reconstruirmos o que Lévy (2007) chama de “espaço antropológico”, caracterizado como um sistema de proximidade próprio do mundo humano (antropológico) e, portanto, dependente de técnicas, de significações, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas, sem, no entanto, sujeitar o homem a elas ou por elas ser comandado.

Em todo caso, é preciso lembrar que a prudência assim como o princípio da precaução são utilizados na intervenção de um contexto real em situações de risco, ao contrário da heurística do temor, que remete à previsibilidade de uma situação a qual pode vir a ser um agravante no futuro.

Sobre o princípio da precaução (*Vorsorgeprinzip*) pode-se afirmar que o mesmo foi previsto publicamente pela primeira vez no ano de 1971, no programa do governo alemão de proteção ambiental. Mais tarde, foi incorporado na Lei de Proteção contra a contaminação de 1974, na Lei sobre o uso de energia atômica de 1985, na Lei sobre produtos químicos de 1980, na Lei de técnicas genéticas de 1990, e na Lei de proteção das águas de 1996. Outros países da Europa passaram a incorporar o princípio da precaução como diretriz em matéria ambiental e em temas de saúde pública e segurança alimentar.

No ano de 1990, durante a III Conferência Internacional sobre a proteção do Mar do Norte, também foi firmado o princípio da precaução. Pouco depois, no ano de 1992, ocorreu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, referindo a todos os Estados o critério de precaução a fim de proteger o meio ambiente diante de uma possível catástrofe.

A precaução não limita o progresso tecnológico, mas analisa a ideologia, pois é dela que o poder científico ganha força e magnitude para as criações tecnológicas. Já o temor é um sentimento apropriado para representar a preocupação e o interesse diante de uma causa, não no sentido de proibir o que será feito, mas sim no sentido de orientar sobre o que pode vir a acontecer. No entanto, é importante ter claro que, em uma projeção futura, a heurística do temor se aplica sobre projeções de assuntos apocalípticos possíveis e previstos de ocorrerem com o passar dos anos. Concomitantemente, agir com precaução e prudência contribui de forma significativa com a maneira que cada ser humano tem ao se relacionar com a natureza. Jonas assegura que é preciso ter cautela, pois:

[...] O prognóstico catastrófico suficientemente evidente é mais decisivo que o não menos evidente prognóstico otimista, que se refere, contudo, a um plano essencialmente inferior. A censura do pessimismo dirigido contra tal parcialidade pelas “profecias catastróficas” pode ser respondida dizendo que o maior pessimismo é o daqueles que o deram por algo mal ou por algo crente de valor suficiente, até o ponto de assumir qualquer risco por uma possível melhora (JONAS, 1994, p. 75).

A heurística do temor deveria servir de guia para analisar as criações tecnológicas antes mesmo de serem feitas, levando em consideração as proporções e a magnitude de abrangência que as mesmas poderão alcançar. Por esta via, Jonas (2001, p. 39) afirma que o temor “[...] consiga, pela força, o que a razão não a conseguiu”, pois não há mais tempo hábil para arriscarmos com prognósticos otimistas quando algo não está bem.

A título de exemplo, podemos observar que as pesquisas e investigações científicas desenvolvidas em centros de pesquisas, também apresentam lacunas e falhas. A inquietação diante deste cenário nos levou a constatar que são poucos os pesquisadores que se dedicam a estudar e a publicar os impactos que a sua pesquisa poderá causar para o meio ambiente ou para a vida das pessoas. Um dos motivos do desinteresse ou do silêncio é pelo fato de os impactos negativos, ou efeitos danosos, serem despercebidos e lentos, podendo aparecer em longo prazo. A célebre frase de Rolston II (1988, p. 319) faz jus a este pensamento ao referenciar que “[...] os químicos, ao contrário das pessoas, não são inocentes até se provar que são culpados, mas suspeitos até se provar que são inocentes”.

## Considerações finais

Conviver com a imparcialidade e a dúvida diante de prognósticos catastróficos ou otimistas é uma constante, mas isso não isenta o estabelecimento de critérios, normas e regulamentação diante de qualquer responsabilidade assumida. Por exemplo, os departamentos governamentais, as fábricas, as instituições religiosas, familiares e educacionais, todas deveriam estabelecer critérios de precaução, prudência e responsabilidade ética.

Por fim, a prudência é um critério extremamente importante para todos os âmbitos em que habita o poder, pois, segundo argumenta Jonas (2006, p. 307), enquanto não houver projeções seguras, será preciso levar em conta a irreversibilidade de muitas situações e “[...] a prudência será a maior parte da coragem e, certamente, um imperativo da responsabilidade, talvez para sempre, se, por exemplo, avaliar o conjunto das nossas possibilidades técnicas [...]”. A perspectiva de Jonas é totalmente visionária, pois, através da antecipação dos perigos, podemos guiar e assumir uma postura prudente e responsável, preservando, assim, o futuro.

A Educação tem muito a contribuir no processo de alerta e precaução para os perigos da técnica, podendo possibilitar a interligação do saber técnico-científico com um saber ético responsável, juntamente com uma reflexão filosófica que vai da radicalidade do problema até os impactos finais da ação do homem com o meio. Jonas (2006) aposta em uma ética que tenha a fundamentação no Ser e não no Ter.

A Responsabilidade enquanto critério mediador, além de ajudar a formar sistemas capazes de aumentar a capacidade de prevenção, pode ampliar a dimensão do cuidado com a vida, representando, assim, um papel extremamente educativo diante da ampliação do conhecimento sobre as consequências de ações de cada indivíduo, principalmente aquelas que causam impacto diretamente ao meio ambiente.

## Referências

- ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. 1030p.
- AQUINO, S. Tomás de. **Suma teológica**. 1ª parte da 2ª parte – Questões 47-79. Da prudência; Da Justiça. São Paulo: Mons. Ernesto de Paulo, 1934. 780p.
- ARISTÓTELES. **A ética**. Bauru/SP: EDIPRO, 1995. 138p.
- \_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. Brasília: Ed. UNB, 1999. 238p.
- BAUMAN, Zigmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 272p.
- BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. Educação para a cidadania em tempos de incertezas. In: PESSINI, Leo; SIQUEIRA, José Eduardo de; HOSSNE, William Saad. **Bioética em tempos de incertezas**. São Paulo: Loyola, 2010, p. 276-289.
- BUZZI, Arcângelo. **Introdução ao pensar**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: <https://christianrocha.files.wordpress.com/2008/12/pequeno-tratado-das-grandes-virtudes.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.
- CORTINA, Adela. Ética na era do consumo. In: PESSINI, Leo; SIQUEIRA, José Eduardo de; HOSSNE, William Saad. **Bioética em tempos de Incertezas**. São Paulo: Loyola, 2010, p.292-308.
- FONSECA, Oliveira Flaviano. Hans Jonas: ética para a civilização tecnológica. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Bahia, n. 5-6, p. 151-168, 2009.
- JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: Ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Técnica, medicina y ética**: sobre la práctica del principio de responsabilidad. Barcelona: Paidós, 1997.
- \_\_\_\_\_. **El principio de responsabilidad**: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1994.
- LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. XXIV, 1336p.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 212p.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Desafios éticos da globalização**. São Paulo: Paulinas, 2001. 272p.
- POSTMAN, N. **O fim da educação**: Redefinindo o valor da escola. Tradução José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.
- ROLSTON III, Holmes. **Environmental ethics**: duties to and values in the natural world. Philadelphia: Temple University Press, 1988.
- SÈVE, Bernard. Hans Jonas et l'éthique de la responsabilité. **Revue Esprit**. Paris, 1990.

---

<sup>1</sup> A prudência forma, junto com a coragem, a temperança e a justiça, o conjunto das quatro virtudes cardeais da Antiguidade e da Idade Média.